



**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

**Amazônia:
Aspectos Singulares Para
O Desenvolvimento Regional**

Michele Lins Aracaty e Silva

Amazônia: Aspectos Singulares Para O Desenvolvimento Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S586a Silva, Michele Lins Aracaty e.
Amazônia [recurso eletrônico] : aspectos singulares para o desenvolvimento regional / Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-249-4
DOI 10.22533/at.ed.494191004

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento regional – Amazônia. I. Título.

CDD 338.9811

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com um misto de alegria e satisfação que apresentamos essa obra produzida com carinho e com o esforço de todos os participantes. O livro *Amazônia: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional*, disponibiliza no seu corpo a contribuição de professores, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos temas ligados ao Desenvolvimento Regional tendo a Amazônia como seu objeto de estudo.

Os dez artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de casos, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser professor, pesquisador e aluno.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional, ficamos abertos as sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2018.

“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente.
Quem sobrevive é o mais disposto à mudança”
Charles Darwin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS	
Marcela Fróes da Costa Mauro Maurício Barbosa Lucas Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4941910041	
CAPÍTULO 2	19
A FRUTICULTURA NO AMAZONAS: AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Isadora Conceição Trindade Pires Izabel Cristina Costa de Souza Judilene Sarmiento Fernandes Manoel Carlos de Oliveira Júnior Willian Carneiro Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.4941910042	
CAPÍTULO 3	31
AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL INDUSTRIAL E CIDADES INTELIGENTES	
Michele Lins Aracaty e Silva Nerine Lúcia Alves de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.4941910043	
CAPÍTULO 4	45
MANEJO PARTICIPATIVO DO PIRARUCU COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO AMAZONAS	
Fábio Rodrigues Felipe addor Núbia gonzaga Sidney lianza	
DOI 10.22533/at.ed.4941910044	
CAPÍTULO 5	61
O PAPEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Michele Lins Aracaty e Silva Taisa Vanessa de Sousa Colares Tiago Sampaio Brito	
DOI 10.22533/at.ed.4941910045	
CAPÍTULO 6	76
ELEMENTOS SOCIOTÉCNICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE UM ENTREPOSTO AVÍCOLA	
Erasmus Moreira de Carvalho Juliano Crithian Silva Osmar Siena Saiane Barros de Souza Thelma Jakliny Martins Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.4941910046	

CAPÍTULO 7	91
PRÁTICAS DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM UMA RESERVA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Flávio de São Pedro Filho	
Raul Afonso Pommer Barbosa	
Rwrsilany Silva	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.4941910047	
CAPÍTULO 8	108
SUSTENTABILIDADE DOS EXTRATIVISTAS AÇAIZEIROS E O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)	
Mariluce Paes de Souza	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
Theophilo Alves de Souza Filho	
Thiago José Sampaio Kaiser	
DOI 10.22533/at.ed.4941910048	
CAPÍTULO 9	124
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: ESPECIFICIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – RMM	
Katia Viana Cavalcante	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Tassio Franchi	
DOI 10.22533/at.ed.4941910049	
CAPÍTULO 10	137
RETRATO DAS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES EM APP EM MANAUS: O CASO DO BAIRRO NOVA VITÓRIA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Suelânia Cristina Gonzada de Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.49419100410	
SOBRE A ORGANIZADORA	148
SOBRE OS AUTORES	149

A FRUTICULTURA NO AMAZONAS: AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Isadora Conceição Trindade Pires
Izabel Cristina Costa de Souza
Judilene Sarmiento Fernandes
Manoel Carlos de Oliveira Júnior
Willian Carneiro Tavares

RESUMO: Esta pesquisa estabeleceu como problemática identificar quais as estratégias do Estado do Amazonas para o setor de fruticultura visando ao desenvolvimento regional. Os objetivos específicos deste trabalho consistiram em analisar a Matriz Econômica Ambiental do Estado do Amazonas; identificar as estratégias para o setor de fruticultura e analisar os impactos das estratégias no desenvolvimento da região. O estudo se fez necessário considerando o sub aproveitamento do setor primário em relação às potencialidades existentes, pois o Estado com toda a riqueza natural que possui no ramo da fruticultura, ainda não consegue transformar isso em receita, tornando prioritário o debate do tema no ambiente acadêmico. A metodologia utilizada foi uma pesquisa documental de caráter descritivo. Os resultados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica nos documentos cedidos pela Secretaria de Estado de Planejamento do Amazonas – SEPLAN e demonstram os vetores estratégico abordados, bem com atividades implementadas a partir dos grupos de estudo voltados para definição das

diretrizes estratégicas relativas ao setor.

PALAVRAS-CHAVES: Estratégias; Fruticultura; Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

Planejar e definir estratégias faz parte da rotina de várias organizações inclusive das que fazem parte da administração pública mostrando a importância de se avaliar cenários futuros e estabelecer objetivos e metas para alcançarem êxito na prestação de seus serviços.

Nesta pesquisa foi identificado que o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas no mundo (38,36 produção em milhões de toneladas), ficando atrás apenas de China (137,06 produção em milhões de toneladas), e Índia (71,07 produção em milhões de toneladas) mostrando a relevância do setor para a economia brasileira. (SEBRAE, 2015).

FRUTICULTURA NO ESTADO DO AMAZONAS

A tabela 1 mostra as principais frutas produzidas na região norte no ano de 2016 destacando-se o Estado do Pará e o Estado do Amazonas objeto de estudo desta pesquisa.

UF/toneladas	Banana (cacho)	Laranja	Limão	Ma- mão	Maracujá	Abacaxi	Açaí (fruto)
Pará	595.527	201.212	36.514	24.945	33.154	372.686	126.027
Amazonas	73.444	55.837	2.910	17.318	24.999	69.090	65.638
Tocantins	30.680	1.803	169	353	555	56.850	-
Rondônia	77.293	6.527	1.733	6.470	8.769	17.378	1.674
Acre	106.268	8.686	4.704	3.999	693	7.700	5.454
Roraima	115.521	24.595	5.717	2.785	2.306	4.270	1
Amapá	18.850	9.250	-	492	909	8.107	2.413
Região Norte	1.017.583	307.910	51.747	56.362	71.385	536.081	201.207

Tabela 1: produção de frutas na região norte, ano 2016.

Fonte: IBGE – produção agrícola municipal

O Estado do Amazonas é formado por 62 municípios, no entanto, 88.3% da economia se concentra em Manaus, capital do Estado. Os municípios do interior não possuem atividade econômica de maior expressão e, por essa razão, a fruticultura se apresenta como um caminho para que os municípios desenvolvam sua atividade econômica potencializando e agregando valor ao que a natureza disponibiliza (IBGE/CENSO 2010).

A implantação de programas de apoio ao desenvolvimento da fruticultura no Amazonas demanda ações de governo frente às dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais em relação às técnicas e tecnologias agrícolas usadas no processo produtivo, para que possam atender as necessidades da população interna e o mercado externo com excelência no produto final tendo em vista que a busca por frutas já cortadas, descascadas e prontas para o consumo estão com alta procura. (SEBRAE, 2016).

PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Segundo Peixoto (2009), “[...] na acepção científica, problema é qualquer situação não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”, nesta pesquisa estabeleceu-se como problemática saber quais as estratégias do Estado do Amazonas para o setor de fruticultura visando ao desenvolvimento regional?

Os objetivos específicos deste trabalho consistiram em analisar a Matriz Econômica Ambiental do Estado do Amazonas; identificar as estratégias para o setor de fruticultura e analisar os impactos das estratégias no desenvolvimento da região. Para Marconi & Lakatos (2003, p. 219) os objetivos específicos “apresentam caráter mais concreto. [...], permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares”.

O estudo se fez necessário considerando o sub aproveitamento do setor primário em relação às potencialidades existentes, pois o Estado com toda a riqueza natural que possui no ramo da fruticultura, ainda não consegue transformar isso em receita,

tornando prioritário o debate do tema no ambiente acadêmico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Importância do Planejamento na Administração Pública

A definição encontrada no Dicionário Aurélio para Planejamento é que “o planejamento é o trabalho de preparação para a tomada de decisão, segundo roteiros e métodos determinados”. Definição bem interligada com a de Oliveira (2012, p.41 *apud* Nahmias, 2014, p.27) que conceitua planejamento como:

[...] a metodologia administrativa que permite diagnosticar e analisar situações atuais, de estabelecer resultados – objetivos e metas – a serem alcançados pelas organizações e de delinear ações – estratégias – para alcançar estes resultados, bem como estabelecer leis e normas – políticas – que servem de sustentação a esse procedimento administrativo.

Assim como a administração privada a administração pública busca pela melhoria da prestação dos seus serviços para o melhor atendimento do seu cliente a população, segundo Machado e Gardolinski (2017, p.8).

[..] “a questão do planejamento está diretamente ligada ao princípio constitucional da eficiência, constante no art.37 da Constituição Federal de 1988, sendo que a eficiência é definida e analisada pela forma de agir da administração pública, sendo a mesma de forma ágil, transparente, eficaz e confiável para a prestação de um serviço público de qualidade”.

A literatura mostra o planejamento dividido em três tipos: o planejamento estratégico, o planejamento tático e o planejamento operacional, conforme a figura 1.



Figura 1: Hierarquia do Planejamento.

Fonte: Marcondes, 2016.

O planejamento estratégico é elaborado pelo nível que está no topo da pirâmide, eles estabelecem as estratégias de longo prazo da organização. É o planejamento

estratégico que “define a missão, a filosofia, visão e os objetivos, considerando os fatores externos e internos” (MARCONDES, 2016), esses fatores podem ser incontrolláveis e controláveis e podem ser identificados por meio de análise SWOT que leva em consideração os pontos fortes e fracos da organização, bem como oportunidades e ameaças.

O planejamento tático é elaborado pelo nível que se encontra no meio da pirâmide, está atrelado ao planejamento estratégico para o médio prazo, tem por finalidade a utilização eficiente eficaz dos recursos disponíveis para a consecução de objetivos previamente estabelecidos para uma determinada área de resultado da organização (Chiavenato, 2003, p. 257 e 258 *apud* Nahmias, 2014, p.28).

O planejamento tático é elaborado pelo nível que está na base da pirâmide, ele é detalhado, específico e analítico, projetado para o curto prazo. Segundo De Paula (2015) geralmente obtém-se nessa etapa planos de ações e cronogramas das atividades que precisam ser desenvolvidas dentro do período de tempo que está sendo planejado “a ferramenta muito útil nesta etapa é o 5W2H”.

Portanto nota-se que o planejamento é imprescindível à administração pública, para que alcance seus objetivos governamentais no que tange a excelência dos serviços prestados à comunidade e para o atendimento dos interesses coletivos.

CONCEITO DE ESTRATÉGIA

Neste tópico são abordados conceitos sobre estratégia com o objetivo de esclarecer e explorar sua definição e entendimento do estudo. Estratégia deriva da palavra grega “strategos”, onde stratos significa exército e ago significa liderar, formando assim sua junção com o significado da “arte do general”, que antigamente se posicionava em um lugar com uma ampla visão do campo de batalha, assim podendo tomar decisões cruciais e definir o melhor conjunto de ações para vencer a guerra (Dicionário Etimológico, 1986).

Contudo, o termo estratégia ultrapassou as barreiras militares e chegou ao campo empresarial sendo um fator relevante para sobrevivência das organizações. Dentro do campo organizacional CHIAVENATO E SAPIRO (2009) definem estratégia como curso de ações escolhidos pelas organizações para alcançar uma posição futura onde poderá obter ganhos e vantagens em relação à situação atual.

A estratégia na organização define os caminhos para alcançar os objetivos, portanto, estratégia pode ser definida como um conjunto de regras de tomada de decisão para orientação comportamental na organização. (Ansoff e McDonnell, 2009).

Nesse sentido, estratégia corporativa é visada como modelo de decisões que irá mostrar todos os objetivos ou metas da organização, é responsável por produzir as principais políticas e planos organizacionais para o alcance das metas, além disso, servirá como escopo padrão para definir o que a empresa é atualmente e como vai contribuir para seus *stakeholders*. (Andrews *apud* Mintzberg, *et al.*, 2006).

Existem diversas formas de gerir uma organização, sendo principal objetivo manter e elevar a qualidade de suas operações, possibilitando que seus clientes fiquem satisfeitos. Da mesma forma pode-se pensar na Gestão Pública, na visão de AZEVEDO *et al.* (2016, p.3) o Estado faz sua gestão para transformar seus planos em ações realizadas e efetivas, assim tendo êxito nas melhorias do plano de Governo para o bem comum de todos.

A Administração Pública está dotada de Poderes, usados de forma reguladora, e para não sair de controle o próprio Poder Público se anula com resoluções que restringem seus atos, desta maneira garantindo que não ocorra abuso de poder. (Azevedo e Caffé, 2016).

Para realizar suas estratégias o Estado trabalha a formulação de suas políticas públicas, onde o objetivo principal é o fomento da economia local, assim como o desenvolvimento e capacitação da comunidade. (Ritt, C. e Oliveira, C., 2016).

Contudo, pode-se concluir que as estratégias do governo são as próprias políticas públicas e que suas ações dependem das resoluções regulamentadoras para serem executadas, ou seja, existe um padrão, e qualquer atividade fora deste padrão deve ser retrabalhada detalhadamente até que se encaixe dentro dos parâmetros exigidos e seguir o fluxo do processo.

A FRUTICULTURA

O Brasil possui grandes extensões territoriais e condições favoráveis para o agronegócio. Isso contribui para que receba o título de terceiro maior produtor de frutas do mundo, com um total de 41,5 milhões de toneladas produzidas. Apesar de estar entre os maiores produtores, o país exporta pouco mais de 3% de tudo o que produz. Isso é pouco, mas demonstra que setor tem alto potencial de crescimento. (SEBRAE, 2017)

Em 2016, o valor da produção de frutas foi avaliado em R\$ 33,3 bilhões, representando um aumento de 26,0% em relação a 2015. Os seis principais produtos concentram 73,2% do valor da produção nacional: laranja (25,1%), banana (25,0%), abacaxi (7,3%), uva (6,4%), maçã (5,0%) e mamão (4,4%). (IBGE, 2017)

Para (Oliveira *et. al.*, 2017) a fruticultura é uma atividade econômica que pode se tornar muito promissora para o Amazonas. Primeiro, porque o Estado possui uma diversidade de frutas de importância comercial típicas da região Amazônica e que não são encontradas em outras regiões do país. Fato este que pode contribuir para geração de renda e emprego no interior do Estado, por meio do cultivo ou da extração e do processamento do produto para a indústria de alimentos e cosméticos.

O potencial agroindustrial das fruteiras exóticas da Amazônia é gigantesco em função, principalmente, de características como sabor, aroma e cor, inexistentes na Europa e nos Estados Unidos da América, dois dos principais mercados consumidores mundiais. (DA SILVA, 2013)

A fruticultura na Amazônia é uma opção interessante de incremento de renda para os agricultores rurais e desenvolvimento da agropecuária, que alia diversificação com manutenção da biodiversidade local. Estados que são emergentes na produção de frutas como Pará e Amazonas, em contraposição às dificuldades de logística no escoamento da produção, baixo acesso a insumos de custo reduzido, baixo nível tecnológico, falta de experiência/tradição dos agricultores locais, limitações ambientais para algumas espécies, dentre outros fatores, podem transferir tecnologias e conhecimento adquiridos para outros estados amazônicos com menor produção (Clement e Arkoll, 1979 p. 176).

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento regional discorre sobre as teorias que de acordo com Oliveira e Lima (2003), partem da ideia de uma força motriz, exógena que por meio de reações em cadeia influencia as demais atividades econômicas. Ao se tratar do desenvolvimento regional, deve-se ter em mente a “[...] participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”. (OLIVEIRA e LIMA, 2003 p. 31).

As teorias do desenvolvimento regional servem para dar suporte às políticas econômicas que alavancam a sociedade regional. Cavalcante (2008) considera difícil definir quem foi o primeiro teórico a discorrer sobre as aglomerações como sendo um fator de atração locacional. Em sua obra trata dos ganhos de escala internos à firma, bem como se preocupa em explicar as externalidades. Acreditava o autor que muitas vezes o mais importante não era o tamanho das fábricas, mas sim, quais eram e como estavam dispostas perante a vizinhança.

Desse modo, os anos 50 foram profícuos no que se refere a expansão ou ao surgimento das novas teorias sobre o desenvolvimento regional. Grandes foram os debates e, no caso da América Latina, a CEPAL contribuiu de forma muito eficaz na divulgação, bem como, na discussão dessas teorias.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E FRUTIFICAÇÃO NO AMAZONAS

Após a queda do ciclo da borracha, os períodos prósperos foram poucos e curtos demais para gerar o dinamismo necessário a um crescimento. A população do interior do estado do Amazonas dedicava-se à agricultura, extrativismo e a pecuária de pequeno porte, voltados para o abastecimento da cidade de Manaus.

Em 1967, com a implantação da Zona Franca de Manaus - ZFM a cidade passou por um clima de confiança e expectativa de melhorias nos negócios, que se fez sentir na rápida expressão do comércio e dos serviços, com visão e crescimento de implantação das novas indústrias que demandavam mão-de-obra pouco qualificada, a melhoria e ampliação das facilidades de transporte e de comunicação entre Manaus, o país e o mundo. Essas novas atividades estimulavam as populações do interior a buscar melhores condições de vida. Essa percepção de solução para problemas de renda

e emprego, fez com que o processo migratório do interior do estado para a capital Manaus ocorresse fortemente. Isso aconteceu sem que houvesse estrutura capaz de absorver e integrar esta população ao processo econômico e social, enquanto no interior acontecia o esvaziamento populacional e o desaparecimento das atividades tradicionais.

Ao longo desses 50 anos de ZFM, e com a crise econômica do país o Estado perdeu R\$ 1,5 bilhão em receitas devido à queda nas vendas dos principais produtos fabricados (como eletrônicos) em Manaus. O Estado observou sua dependência à ZFM, e decidiu diversificar utilizando suas riquezas, pois o Amazonas é o Estado mais preservado do país, visto que 97% de sua área florestal está intacta. Isso é um patrimônio para toda a humanidade, uma vez que ajuda a estabilizar o clima do planeta, sem prejudicar sua Floresta.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza documental e descritiva. Documental porque buscou realizar uma investigação por meio de documentos com objetivo de comparar e descrever os costumes e comportamento da realidade presente e passada. Para Marconi & Lakatos (2003) a pesquisa documental é bastante utilizada em pesquisas puramente teóricas e naquelas em que o delineamento principal é o estudo de caso, pois aquelas com esse tipo de delineamento exigem, em boa parte dos casos, a coleta de documentos para análise.

A pesquisa é descritiva, pois registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN; DA SILVA; p. 79,2007). A mesma fez-se uso de fontes secundárias de informações cedidas pela SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas). Utilizaram-se dados da Matriz Econômica Ambiental para elaboração deste projeto. Foi realizada pesquisa bibliográfica para consultar na literatura estudos que discutissem e explicassem o objeto da pesquisa e essas referências foram identificadas em livros, periódicos, revistas, jornais, sites e anais de congressos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Análise da Matriz Econômica Ambiental do Estado do Amazonas

Instituída pela Lei Estadual Nº 4.419, publicada do Diário Oficial em 29 de dezembro de 2016, tem por finalidade estabelecer as bases políticas, estratégicas, programáticas e estruturantes do processo permanente e integrado de desenvolvimento sustentável do Estado no qual se deve privilegiar as riquezas naturais, a partir da valoração e valorização de ativos ambientais do território amazonense, como fonte de geração de novos negócios, inclusão produtiva, processos industriais e cadeias

produtivas sustentáveis.

Tem como missão assegurar às gerações futuras a conservação das riquezas naturais pela adoção de uma base econômica sólida e diversificada, pela ampliação eficaz das oportunidades de desenvolvimento econômico, para todo o território do Estado, em relação a dois vetores:

Em relação ao Vetor 1 - Ampliação e consolidação do Polo industrial de Manaus. Deve para tanto: consolidar o Marco Legal; diversificar os segmentos produtivos do PIM; fomentar política de acesso aos mercados externos, especialmente da América Latina e estimular o adensamento das cadeias produtivas locais.

Em relação ao Vetor 2 - Desenvolvimento de uma Economia dos Recursos Naturais. Deve para tanto: desenvolver acesso aos mercados mundiais, observando a criação de valor competitivo e de qualidade superior, associando-o à origem e ao papel estratégico dos produtos oriundos da floresta; integrar o desenvolvimento do conhecimento científico e da inovação aplicados à utilização dos recursos naturais disponíveis no Estado e gerar formas produtivas sustentáveis.

Os Objetivos Estratégicos que o governo deseja atingir com a aplicação da Matriz são: fortalecer e ampliar as atividades econômicas do Estado, favorecendo oportunidades de negócios e reduzindo a dependência econômica das atividades estatais, principalmente no interior; ampliar, consolidar e diversificar o Polo Industrial de Manaus (PIM), tornando-o menos vulnerável às instabilidades políticas e econômicas, buscando promover maior participação dos recursos naturais disponíveis em seus atuais ou novos processos produtivos; promover a valoração, valorização e monetização da riqueza do Estado, por meio da utilização de seus recursos naturais, renováveis e não renováveis, com potencial mercadológico; fortalecer a conservação e preservação ambiental utilizando sistemas modernos de monitoramento, instrumentos econômicos e aperfeiçoamento das abordagens de comando e controle; promover a utilização de áreas alteradas como forma de reduzir a pressão sobre áreas de florestas nativas, recuperar serviços ambientais e proteger, principalmente a biodiversidade e os corpos d'água; aprimorar, ampliar e modernizar a infraestrutura de transporte, comunicação e energia visando melhorar o acesso da população a bens e serviços em geral e aumentar a competitividade de produtos e serviços do Estado nos mercados nacional e internacional; reduzir as desigualdades econômicas e sociais, ampliando e modernizando o sistema estatal na saúde, na educação, na cultura e na segurança.

O Governo do Estado realizou nos meses de abril e maio de 2016 uma série de oficinas de trabalho chamadas “jornadas de desenvolvimento”, que contaram com a participação de técnicos do governo e representantes de organizações ambientais, bem como do setor privado, que debateram e formataram propostas de construção de eixos de desenvolvimento do Amazonas propondo-se ações em oito setores prioritários, sendo um deles o de Fruticultura.

Identificou-se nessas “jornadas de desenvolvimento” que a fruticultura se caracteriza pelos seus 35.400 hectares (0,02% da área do Estado), pelos 40.000

fruticultores, tendo como principais culturas produzidas: banana, abacaxi, laranja e mamão, segundo dados da Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR). Daí a necessidade de reestruturação da cadeia de forma a disseminá-la em todo o Amazonas, uma vez que está presente em apenas 11 municípios, e ainda transformar o cenário de baixa produtividade em oferta para produtividade em escala, com foco nos grandes centros consumidores.

O Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Produção Rural e Sustentabilidade (SEPROR) pretende ampliar, no período de dez anos, a área cultivada (de 30 mil para 90 mil hectares) e fortalecer, até 2018, a cadeia de produção de frutas como açaí, banana, mamão, abacaxi e cítricas. No âmbito da Jornada de Desenvolvimento foram discutidos pontos relevantes para que sejam alcançadas as metas desejadas, ou seja:

- Introdução, adaptação, geração e transferência de tecnologias para inovar a cadeia produtiva de fruticultura do Estado do Amazonas.

Na matriz econômica ambiental, o Estado tem como expectativa aumentar a escala de produção de frutas e para tanto é necessário alterar o perfil de produção atualmente utilizado. Isto requer investimento em transferência de tecnologias que possam gerar medidas inovadoras na sua cadeia produtiva. Neste sentido, o grupo de trabalho que discutiu esse tema na Jornada de Desenvolvimento sugeriu as seguintes ações: priorizar a pesquisa, a transferência de tecnologia e a comercialização das espécies nativas tais como açaí, castanha, cupuaçu, araçá-boi e as culturas exóticas (abacaxi, banana, coco) que já têm produção e mercado conhecido; estimular o desenvolvimento de produtos diferenciados com agregação de valores às espécies priorizadas; fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia nas operações de pós-colheita (transporte, recepção, beneficiamento, embalagem e armazenamento) para a agregação de valor e diminuição de índice de perdas; otimizar a tecnologia de propagação das espécies visando à padronização da produção através de clones com qualidade (plantios clonais) com alta produtividade e uniformidade;

- Capacitar os atores da cadeia produtiva da fruticultura e fortalecer os serviços de assessoria técnica e extensão rural ao setor primário, no planejamento e execuções de suas atividades, envolvendo os elos da cadeia produtiva.

A necessidade de tornar substantivo a capacidade produtiva de frutíferas no estado do Amazonas demanda ações concretas nos serviços de transferência de tecnologia, principalmente nas atividades de extensão rural. Portanto, o grupo de trabalho sugere as seguintes ações: ampliar e fortalecer cursos de agronomia no Estado com ênfase na realidade local e abordagem técnica e científica nas questões relacionadas à sua cadeia produtiva; promover cursos técnicos especializados de longa e curta duração para soluções de problemas identificados na área de produção, beneficiamento, colheita e pós-colheita da fruticultura; ampliar e fortalecer cursos de

engenharia e tecnologia de alimentos para diversificar e agregar valor aos produtos e subprodutos da fruticultura; prover condições econômica e financeira para flexibilizar e agilizar ações da assistência técnica e extensão rural (ATER) para pronto atendimento; estruturar escritórios de assistência técnica com tecnologias atuais de comunicação e localização; identificar vocações naturais de produção de frutas para estabelecer polos de produção com estrutura adequada às demandas locais.

- Implementar fatores estruturantes que possibilitem o arranjo produtivo necessário a um produto. Além das questões relacionadas à capacidade produtiva, é necessário estabelecer procedimentos que simplifiquem a implantação do empreendimento, o escoamento da matéria prima e a facilitação da negociação para tornar o produto de boa qualidade, com valor comercial competitivo. Para tanto, o grupo sugeriu as seguintes ações: desburocratizar os sistemas de atuação dos órgãos de desenvolvimento, de fomento e de ações de controle e comando de produção e sustentabilidade ambiental; prover e manter infraestrutura apropriada (estradas, vicinais, hidrovias, matriz energética e comunicação) aos polos produtores para o cultivo, beneficiamento, escoamento, armazenamento e comercialização de frutas.

- Transformação das potencialidades de matérias-primas em conformidade com a legislação vigente com vistas à agregação de valor e acesso ao mercado.

A demanda mundial por frutas da Amazônia é crescente. Ao mesmo tempo, o mercado exige qualidade e controle desses produtos alimentícios. Neste contexto, são pertinentes investimentos para o desenvolvimento da agroindústria com agregação de valor e diversificação de ofertas de produtos e subprodutos de frutas. Então, o grupo sugeriu as seguintes ações: estimular implantações de agroindústrias no estado do Amazonas observando as especificidades locais e a diversidade de espécies regionais com potencial de mercado, incentivando novas tecnologias de produção; implementar e ampliar os serviços de inspeção estadual descentralizados, com delegação de responsabilidades, principalmente nas fronteiras estaduais e internacionais; implementar programa de certificação de origem (selo amazônico).

CONCLUSÃO

Tendo como base o levantamento de informações e conceitos contidos no referencial teórico juntando com a análise da Matriz Econômica Ambiental o desenvolvimento do presente trabalho mostrou que o Estado do Amazonas preocupa-se com o desenvolvimento da região e está procurando investir na elaboração de planos de modernização do sistema de colheita, pós-colheita e de logística de comercialização (in natura) das frutas produzidas no Estado.

Segundo o SEBRAE (2016) as tecnologias envolvidas na fruticultura estão além da produção. O aumento da exigência dos consumidores em relação aos produtos cria a necessidade de se diferenciar no mercado. Hoje em dia, além dos preços, o consumidor está atento à sustentabilidade da produção, às certificações obtidas pelo

produtor (como as de orgânicos), ao design da embalagem, a uma marca de confiança, entre outros aspectos.

Em resumo por ser a fruticultura um setor com grande número de participantes em sua cadeia, que vai do produtor ao consumidor final, precisa que as relações entre os elos da cadeia estejam bem alinhadas para que todos os envolvidos possam exercer seu papel de modo sustentável, com lucros justos de produção/comercialização. Faz necessário um trabalho coletivo estruturado de forma equilibrada, permitindo que todos tenham benefícios e colaborem para o benefício do outro.

REFERÊNCIAS

- ANSOFF, H. I.; McDONNELL, E. J. Implantando a Administração Estratégica. 1ª ed, 1993. São Paulo: Atlas, 2009 – 7ª reimpressão.
- AZEVEDO, C. V. M.; CAFFÉ FILHO, H. P. Planejamento Estratégico no Serviço Público: Análise do Planejamento Estratégico da Prefeitura de Juazeiro, sob a Ótica das Ações do SAAE. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, outubro de 2016, vol.10, n.31, p. 104-125. ISSN 1981-1179.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009 – 6ª reimpressão.
- DA SILVA, Ricardo Adaime; LIMA, Adilson Lopes; DEUS, E. da G. Controle biológico de moscas-das-frutas na Amazônia: um caminho para desenvolvimento sustentável da fruticultura. *Embrapa Amapá- Artigo em periódico indexado (ALICE)*, 2013.
- DE PAULA, Gilles B. Planejamento Estratégico, Tático e Operacional – O Guia completo para sua empresa garantir os melhores resultados! 2015. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/planejamento-estrategico-tatico-e-operacional>>. Acesso em 28/09/17.
- IBGE. Estatísticas Econômicas. [2016]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25/09/17.
- IBGE/CENSO 2010. Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/>> Acesso em: 28/11/17.
- MACHADO, Cleiton Duarte; GARDOLINSKI, Maria Terezinha Antoniazzi. A importância do planejamento na administração pública e sua influência para um meio ambiente sustentável. *Gestão Pública*, v. 9, n. 5, 2017.
- MARCONDES, José Sérgio. Planejamento Organizacional: o que é? Conceitos, definição, tipos. 2016. Disponível em: <http://www.gestaodesegurancaprivada.com.br/planejamento-organizacional-o-que-e-conceitos/>. Acesso em 28/09/2017.
- MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. Fundamentos da metodologia científica. 5 ed. SP: Atlas, 2003.
- MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J. B.; GHOSHAL, S. O processo da estratégia. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

NAHMIAS, Pablo da Silva. A importância do planejamento para a gestão pública. Revista Científica FACPED, v. 5, n. 5, 2014.

OLIVEIRA In LIMA & OLIVEIRA. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento. Revista FAE, Curitiba, v.6, n.2, maio/dez. 2003.

OLIVEIRA, Elane Conceição. Boletim nº1 - Conjuntura rural e ambiental do Estado do Amazonas - NEPE/UEA - setembro de 2017.

PEIXOTO, Maurício Abreu Pinto. O que é um problema de pesquisa? Disponível em: < <https://oaprendizemsaude.wordpress.com/2015/03/18/o-que-e-um-problema-de-pesquisa/>> Acesso em 25/07/2018. 2009

RITT, C. F.; OLIVEIRA, C. M. Políticas Públicas que garantem os Direitos Fundamentais: O Necessário Controle Social para Evitar e Combater Práticas Corruptivas em sua Execução. UNISC, XII Semana Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, Santa Catarina, 2016. ISSN 2447-8229

SEBRAE. Conheça as principais projeções para a fruticultura até 2018. Disponível em: <www.sebrae.com.br> Acesso em: 28/09/17.

SEBRAE. Agronegócio Fruticultura. Boletim de Inteligência Outubro 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/64ab878c176e5103877bfd3f92a2a68f/\\$File/5791.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/64ab878c176e5103877bfd3f92a2a68f/$File/5791.pdf)>. Acesso em 25/07/2018.

SEBRAE. Fruticultura. Cenários e Projeções estratégicas 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br>. Acesso em 25/07/2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHELE LINS ARACATY E SILVA - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

SOBRE OS AUTORES

ERASMO MOREIRA DE CARVALHO - Doutor em Administração (UFRGS). Mestre em Controladoria e Contabilidade (USP). Contador (UNIR). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/8502022700637033>.

FÁBIO RODRIGUES - Mestre em Políticas de Gestão Ambiental (UFAM). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UNESP /Araraquara/ SP). Docente no Curso de Tecnologia em Gestão Comercial (UEA). fbio1961@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8295291098017496>.

FELIPE ADDOR - Doutor em planejamento urbano e Regional (UFRJ). Mestre em Engenharia de Produção. Graduação em Engenharia de Produção. Docente do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ). <http://lattes.cnpq.br/4471650676535041>.

FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO - Doutor em Administração (USP). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administrador (UFBA). Docente do Departamento de administração da UFRO. <http://lattes.cnpq.br/9627466972854043>.

ISADORA CONCEIÇÃO TRINDADE PIRES - Pós-graduanda em Gestão Pública (UEA/ESO). Bacharela em Administração (UFAM). isatrindadp@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0237657926027288>.

IZABEL CRISTINA COSTA DE SOUZA - Acadêmica do Curso de Administração (UFAM) Analista de Planejamento e Controle da Produção na Inventus Power. <http://lattes.cnpq.br/17370a38593890832>.

JUDILENE SARMENTO FERNANDES - Pós-graduada em Gestão de Controladoria e Auditoria. Bacharela em Administração (UFAM). Atua no Conselho Regional de Odontologia do Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/3074918627674084>.

JULIANO CRISTHIAN SILVA – Mestre em Educação (UNIR). Especialista em Gestão Pública pelo (IFPR). Administrador (União das Escolas Superiores de Cacoal/RO). Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/3496211980778375>.

KÁTIA VIANA CAVALCANTE - Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente do CCA (UFAM). <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR - Doutor em Gestão da Biotecnologia (UFAM). Mestre em Engenharia de Produção (UFAM). Administrador (UFAM). Docente do Departamento de Administração (UFAM). manjr26@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

br/0403290330724360.

MARCELA FRÓES DA COSTA - Especialista em Marketing; Administradora (LITERATUS). Tutora externo (UNIASSELVI). Tutora a distância (UFAM). Tutor-presencial Faculdade Anhanguera. marcefroes@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1495432952116538>.

MARILUCE PAES DE SOUZA - Doutora em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administradora (UFRO). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221>.

MAURO MAURÍCIO BARBOSA LUCAS - Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). mauricio_barbosa15@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0341557386153959>.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

NERINE LÚCIA ALVES DE CARVALHO - Mestra em Engenharia de Produção (UFAM). Graduada em Processamento de Dados (UFAM). Analista de Tecnologia da Informação (PROTEC/UFAM). nerinebotelho@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6631204639385569>.

NÚBIA GONZAGA - Mestranda do Programa Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/NIDES/UFRJ). Economista. <http://lattes.cnpq.br/4052628022042108>.

OSMAR SIENA - Doutor em Engenharia de Produção e Mestre em Administração (UFSC). Graduado em Física (UEL). É docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). <http://lattes.cnpq.br/5424632182909652>.

RAUL AFONSO POMMER BARBOSA – Mestrando em em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pós-Graduado em MBA Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Rondônia (FARO). Pós-Graduando em MBA Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). <http://lattes.cnpq.br/9136549262197723>

RUTE HOLANDA LOPES - Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM). Mestra em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (CIESA). Docente do ICET (UFAM). rutehlopes@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3678444694216259>.

RWRSILANY SILVA – mestranda em Administração (UFRO). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Faculdade Porto Velho). Especialista em Contabilidade

Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal (UCAM). Docente do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). <http://lattes.cnpq.br/8568891286300237>.

SAIANE BARROS DE SOUZA - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Administradora (Faculdades Integradas de Cacao). Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/5775822635702935>.

SIDNEY LIANZA - Doutor em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Graduado em Engenharia Civil (Instituto Mauá de Tecnologia). Docente da UFRJ. <http://lattes.cnpq.br/7158503469311571>.

SUELÂNIA CRISTINA DE FIGUEIREDO ALBUQUERQUE - Doutora em Ciências da Educação (Nihon Gakko). Mestrado em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (URCA). Docente da FAMETRO e da FST. suefi@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1306989016980637>

TAISA VANESSA DE SOUSA COLARES - Bacharela em Ciências Econômicas (UFAM); taisa.vanessa@hotmail.com.

TASSIO FRANCHI - Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em História Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP. Graduado em História (UEL). Docente da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) <http://lattes.cnpq.br/1943886460410008>.

THELMA JAKLINY MARTINS ARRUDA - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Especialização MBA em Gestão de Pessoas pela Faculdade da Amazônia FAAM /Gama Filho/ I DAAM. Administradora (UFAM). Funcionária da SUFRAMA. <http://lattes.cnpq.br/4853729694712564>.

THEÓPHILO ALVES DE SOUZA - Doutor em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Administração (UFSC). Administrador (Machenzie/RJ). Docente do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA). <http://lattes.cnpq.br/1186096515283683>.

THIAGO JOSÉ SAMPAIO KAISER – Mestre em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED. Graduado em Desenvolvimento de Sistemas de Informação (UNESC). E-mail: thiagokaiser@outlook.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3024397424985510>.

TIAGO SAMPAIO BRITO - Mestrando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). tiagoobrito@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8837129036478002>.

WILLIAN CARNEIRO TAVARES - Acadêmico do Curso de Administração (UFAM).
Atua no Sinetram. <http://lattes.cnpq.br/4829554394186550>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-249-4

